

O BRASIL ESTÁ À VENDA

O golpista Michel Temer está colocando o Brasil à venda. Com os recentes anúncios de privatização de 57 empresas e projetos públicos, incluindo a Casa da Moeda, 14 aeroportos e 15 terminais portuários, além da privatização da Eletrobras, o Governo Federal está rifando o País.

Apesar de toda esse feirão ter sido feito recentemente, a gestão privatista de Temer não teve início agora. Só na Petrobrás já tivemos a venda da NTS, da Liquigás e do Campo de Carcará e, nesta semana, também foi anunciada a concessão de 50 campos terrestres no Nordeste. Já no mês de julho, a gestão Parente colocou à venda 30 áreas produtoras de petróleo, o que inclui 74 plataformas.

Até a Cemig, em Minas Gerais, está sendo alvo da política golpista de Temer com o leilão de quatro usinas sob concessão da estatal e que, juntas, respondem por quase 50% da energia gerada pela empresa.

Tudo isso para “inflar” o orçamento, diante da perspectiva de não conseguir aprovar a nova meta fiscal de 2018, em razão do rombo de R\$ 30 bilhões aberto com a mudança da



meta, que passou de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões. Além disso, o Governo Federal tenta fazer caixa a todo custo para dar uma satisfação a quem apoiou o golpe alimentado pela falsa esperança de que Temer era a alternativa para tirar o País da crise econômica.

No rastro da Eletrobras

A privatização da Eletrobras, maior estatal de energia da América Latina, significa entregar ao mercado internacional a soberania energética brasileira. Assim como na Petrobrás,

a Eletrobras já vem passando por um processo intenso de desmonte, com a venda em partes da companhia, concessão de usinas hidrelétricas, desinvestimentos e planos de incentivo à saída dos trabalhadores.

Mas, no caso do petróleo, até agora, a intenção do governo é quebrar a integração do sistema e entregar às multinacionais o mercado de derivados. Ou seja, a Petrobrás ficaria apenas com a exploração de petróleo, enquanto o refino, o biodiesel e as termelétricas passariam às mãos da iniciativa privada.

CUT Minas lança campanha contra privatização

Na luta contra a privatização, sindicatos filiados à CUT Minas, entre eles o Sindipetro/MG, lançaram na última segunda-feira (28) a Campanha em Defesa dos Serviços Públicos e Contra as Privatizações.

O objetivo é unificar as categorias que têm sido atingidas com as

privatizações para a construção de uma agenda de luta conjunta em defesa do patrimônio do povo brasileiro e de conscientização da sociedade. A primeira mobilização das entidades que compõem o coletivo será realizada no dia 7 de Setembro, juntamente com o Grito

dos Excluídos, que acontecerá a partir de 9h30, na Praça Rio Branco (ou Praça da Rodoviária), no centro de Belo Horizonte.

O Sindipetro/MG convida toda a categoria petroleira para participar do ato e lutar em defesa da Petrobrás e contra as privatizações.

Pede pra sair, Elek!

Um dia após denúncia da FUP, o diretor de Governança, Risco e Conformidade da Petrobrás, João Adalberto Elek Júnior foi temporariamente afastado pelo Conselho de Administração. Ele, inclusive, recebeu uma advertência do Comissão de Ética Pública da Presidência da República, onde foi investigado.

Responsável por umas das diretorias mais importantes da estatal, Elek contratou a empresa onde a filha trabalha para prestar serviços de auditoria e consultoria para a Petrobrás, o que configura conflito de interesses. A contratação da empresa Deloitte foi feita sem licitação por R\$ 25 milhões.

No entanto, a FUP defende a demissão ou saída de Elek. Segundo a entidade, "é inadmissível o



Conselho da Petrobrás abonar esse tipo de conduta".

Além disso, a Federação lembra que até o Programa de Prevenção da Corrupção criado pela empresa condena "qualquer situação gerada pelo confronto entre os interesses do Sistema Petrobrás e os particulares de seus empregados, que possa vir a comprometer os interesses do Sistema ou influenciar de maneira imprópria o desempenho das atividades dos nossos empregados".

Petrobrás prorroga ACT até Reforma Trabalhista entrar em vigor

A Petrobrás comunicou nesta quinta-feira (31) que o Acordo Coletivo de Trabalho dos petroleiros será prorrogado até dia 10 de novembro, véspera da data em que passa a vigorar as regras previstas na Reforma Trabalhista.

Essa postura da empresa deixa clara a intenção da empresa de retirar direitos adquiridos pela categoria, a partir das mudanças na CLT. Por isso, mais do que nunca, os trabalhadores precisam se organizar para dar uma resposta à empresa.

Ainda no comunicado enviado aos empregados, a Petrobrás informou que as negociações do ACT 2017/2019 devem ser iniciadas no mês de setembro, mas ainda não há data da primeira reunião.

Petros prorroga prazo de recadastramento

A Petros prorrogou até o dia 29 de setembro o prazo para o recadastramento dos aposentados.

O procedimento teve início no dia 18 de julho e terminaria na última quinta-feira (31). Já para os participantes da ativa, o recadastramento permanece até o dia 15 de setembro.

Os aposentados que tiverem alguma dúvida no processo de recadastramento podem procurar o Sindipetro/MG portando documento de identidade, CPF, certidão de casamento.

Atendimento: de segunda à sexta-feira, de 13h às 17h30, na av. Barbacena, 242, Barro Preto.

Sindipetro/MG promove seminário sobre a Petros

Em razão do debate sobre o equacionamento do déficit do Plano Petros 1, o Sindipetro/MG promoverá um seminário nos dias 19 e 20 de setembro para petroleiros da ativa e aposentados. O formato, horário e local do seminário serão divulgados nas próximas edições do boletim.

ENTENDA O DÉFICIT DA PETROS

Assim como explicado no boletim 31, em razão da mudança na conjuntura econômica do País nos anos 1990, as empresas de previdência complementar passaram a migrar os planos de Benefício Definido para o modelo de Contribuição Variável.

Nesse caso, o plano mescla características do BD com os planos de Contribuição Definida, onde o valor da contribuição ao plano é decidida na contratação do mesmo, enquanto o benefício é definido no momento da aposentadoria e com base no montante contribuído.

Não foi diferente com a Petros. Diante da situação insustentável do Plano Petros 1, a empresa criou em 2007 o Plano Petros-2 para os novos empregados. A criação do novo plano e a proposta de repactuação de

A repactuação apoiada pela FUP e conquistada na Justiça garantiu que o déficit no PP-1 não fosse ainda maior. Sem ela, o déficit hoje seria de pelo menos R\$ 38 bilhões

beneficiários do PP-1 para o PP-2 foi resultado de uma negociação entre a FUP e a patrocinadora.

Essa medida minimizou o problema do Petros 1 impedindo um déficit ainda maior. Sem a medida, o déficit hoje seria de R\$ 38 bilhões, em vez de R\$ 27 bi.

Isso porque o acordo de repactuação permitiu que a Petrobrás e as subsidiárias do plano assumissem parte da dívida (R\$ 11 bilhões) das empresas com os beneficiários, cobrada e conquistada na Justiça pela FUP e seus sindicatos.